

LEITURA E ESCRITA ACADÊMICAS

Lia Emília Cremonese



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS



Leitura acadêmica

Objetivos de aprendizagem

Ao final deste texto, você deve apresentar os seguintes aprendizados:

- Descrever a importância da leitura e da escrita acadêmicas para o desenvolvimento do pensamento científico na graduação.
- Diferenciar argumentos de senso comum de argumentos de senso crítico.
- Comparar a leitura e a escrita acadêmicas com a leitura e a escrita cotidianas.

Introdução

Os objetivos da universidade se refletem em toda a sociedade. A atuação da comunidade acadêmica é significativa não apenas para os indivíduos, mas para o País como um todo. Esse fato aumenta a responsabilidade dos docentes e discentes na elaboração de pesquisas científicas, pois elas podem, efetivamente, colaborar para o avanço científico e social.

Neste capítulo, você vai estudar as noções basilares da argumentação, além de verificar os papéis da leitura e da escrita no desenvolvimento de argumentos de modo crítico e consciente. Você vai perceber que o universo acadêmico exige uma postura questionadora, além de responsabilidade e comprometimento. Com essas informações em mente, você vai poder colaborar na construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

A leitura e a escrita acadêmicas como aportes para o pensamento científico

O universo acadêmico constitui-se em torno de saberes escritos. Portanto, o domínio da escrita e da leitura é um pressuposto nesse âmbito. Além disso, ao longo do tempo, as exigências quanto à produção de conhecimento apenas se intensificam. Isso se dá porque, como aponta Bortoni-Ricardo (2008), toda

a vida dos sujeitos está ligada ao pensamento científico: do alimento, por exemplo, que envolve pesquisa em genética e em agronomia, até vestimentas, transporte, saúde, conhecimento de mundo, comunicação, etc.

Nesse contexto, é imperativo não apenas que professores pesquisadores prestem contas de seus estudos por meio de publicações, mas que toda a comunidade acadêmica o faça. Alunos de pós-graduação — *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) — são instados a todo momento a mostrar o resultado de sua produção com publicações. Da mesma maneira, os alunos de graduação são cada vez mais cobrados tanto para fazerem parte da iniciação científica como para realizarem produções textuais ao longo do curso superior. Portanto, também os graduandos precisam apresentar resultados escritos, o que demanda igualmente grande quantidade de leitura. A pesquisa faz parte do aprender a aprender.

Fava de Moraes e Fava (2000) e Pinho (2017) destacam que o estudante de graduação ganha **autonomia** quando aprende a trabalhar com pesquisa, uma vez que passa a perceber quando consegue buscar soluções individualmente e quando tem necessidade de auxílio. Embora o contexto de que falem os autores se refira à iniciação científica, é importante destacar que todos os alunos precisam desenvolver capacidade de análise crítica e discernimento, necessária para o seu percurso profissional. A graduação é o espaço privilegiado para que isso aconteça. Uma das grandes vantagens da pesquisa acadêmica consiste no aprimoramento do olhar crítico. Este é pautado principalmente em um melhor desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita, essencial na universidade.

Há, ainda, um benefício adicional ao aluno que se dedica à pesquisa científica, aprendendo a buscar fontes fidedignas e a realizar produções escritas adequadas ao nível acadêmico: ele fica familiarizado mais cedo com o fato de que há regras de padronização a serem seguidas. Uma delas é a **ortografia padrão** do País, regulamentada pelo Acordo Ortográfico de 1990 e elaborada pela Academia Brasileira de Letras (ABL), que entrou em vigor no Brasil em 2016. Outro caso é a **normalização** da formatação de itens como trabalhos acadêmicos, artigos, pôsteres, sumários, índices, enfim, os elementos formais de apresentação de trabalhos acadêmicos de variadas naturezas. Tal normalização é realizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os textos exigem muito trabalho para sua escrita, requerendo, da mesma forma, bastante leitura. Veja o que afirma Paulo Guedes (2010, p. 7):

Já não se lê mais como antigamente; se lê muito mais, não só porque tem muito mais gente capacitada para ler hoje do que antigamente, mas também porque tem muito mais gente que precisa ler do que tinha antigamente. [...] E também já não se escreve mais como antigamente. Se escreve muito mais e pelos mesmos motivos. [...]

Escrevemos muito mais e melhor até porque não tem outro jeito, pois o modo de produção em que estamos inseridos precisa de uma incessante produção de conhecimento, o que acarreta, incontornavelmente, a produção do texto que vai organizar esse conhecimento, dos textos que vão divulgar esse conhecimento, dos que vão problematizar esse conhecimento, dos que vão vulgarizar esse conhecimento, dos que vão testemunhar a apropriação desse conhecimento, dos que vão propor aplicações desse conhecimento.

Assim, ao ingressar na universidade, o aluno se depara com o fato de que o ensino superior se centra na produção contínua e intensa de conhecimento. Não bastando isso, o uso qualificado da modalidade formal da língua portuguesa subjaz às atividades específicas que o estudante precisa desenvolver em sua área de conhecimento para se tornar um profissional competente. O objetivo final consiste em atender a diferentes demandas sociais ligadas ao seu campo de atuação.

Köche, Boff e Marinello (2010, p. 9) pontuam que, “[...] no contexto atual, ler e escrever de modo eficiente é extremamente importante, tanto na vida pessoal quanto na profissional, visto serem competências que facilitam a inserção do sujeito nas diferentes esferas sociais”. Na academia, não se trata de importância, mas de necessidade. Para produzir conhecimentos em sua área de atuação, o discente deve desenvolver habilidades tanto em leitura quanto em escrita. Essas habilidades têm relação com os distintos gêneros textuais de que se faz uso na academia, explorando a sua leitura e a sua escrita qualificadas. Na leitura, é preciso que o aluno saiba identificar as pistas que direcionam os sentidos. Na produção textual, são necessárias estratégias de organização de acordo com a finalidade de cada texto.



Link

Você já fez o seu currículo *lattes*? Ele é uma ferramenta essencial no mundo acadêmico, pois registra a produção e os dados acadêmicos de estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Acesse o *link* a seguir e cadastre o seu currículo.

<https://qrgo.page.link/deF3N>

Argumentos de senso comum e argumentos de senso crítico

Quem vê o título acima pode pensar que é possível falar de argumentos de uma forma muito simples e geral, mas a argumentação exige um pouco mais. Exige, inicialmente, definir em que consiste, afinal, argumentar no contexto acadêmico.

Quando se pensa em argumentação, é preciso necessariamente remeter ao caráter dialógico — isto é, de diálogo — dos discursos. Isso significa dizer que a argumentação diz respeito a como melhor selecionar e organizar argumentos de diferentes naturezas para alcançar objetivos como demonstrar, persuadir e convencer. Em particular, a argumentação se relaciona a públicos diversos (a quem se destina), a objetos claros (o que está em questão) e a circunstâncias específicas (em que momento e em que espaço se dá e de que modo se realiza). Pode-se chamar a esse conjunto de “relações de contexto”. São justamente os contextos que estão em jogo quando se fala de argumentos de senso comum e de senso crítico.

Segundo Abreu (2010), o senso comum é oriundo de variados discursos que formam o que se chama de “opinião pública”. Ela seria constituída, mais exatamente, por diversos discursos articulados que permeiam toda a sociedade, independentemente de classe social. Savioli e Fiorin (2006) explicam que os argumentos de senso comum normalmente são preconceituosos, pois não são baseados em fatos e comprovações, mas em afirmações usualmente generalizantes. Quando se diz “Todo político é corrupto”, essa afirmação é generalizante. Quem a faz até pode relatar uma ocorrência de corrupção, mas um único caso não é o suficiente para qualificar todo um grupo. Suponha-se que a mesma pessoa dissesse “Há políticos corruptos” e justificasse expondo o mesmo caso de corrupção. A afirmação deixaria de ser generalizante, sendo comprovada por um fato concreto. Trata-se, como se vê, do modo de apresentar os argumentos: em lugar de uma afirmação generalizante inadequadamente baseada em um fato pontual, tem-se uma conclusão mais geral depreendida de um fato a partir do qual se pode efetivamente deduzi-la.

Argumentos de senso comum

Você deve olhar para os argumentos de senso comum com extrema cautela em qualquer circunstância. Em nenhuma situação eles são tão polêmicos, no entanto, quanto na ciência e, conseqüentemente, no universo acadêmico. Silva (2011, documento *on-line*) afirma que o senso comum consiste no **co-**

nhecimento vulgar, nas opiniões diversas, “[...] ou seja, tudo [com] o que se precisa romper para se tornar possível o conhecimento científico, racional e válido”. A autora continua: “[...] a humanidade iniciou suas crenças a partir das concepções do senso comum, e posteriormente através da razão e da racionalidade modernas, apropriou-se das premissas da ciência”. Tais premissas incluem a comprovação e o embasamento exigidos em todo discurso científico, incluído aí o acadêmico.

Alguns autores abordam o senso comum em maior profundidade e de forma diversa. A própria Silva (2011) alerta para o fato de que a ciência por vezes pode não dar conta de elementos que, em realidade, não são completamente tangíveis de forma objetiva. Um exemplo trabalhado pela autora é a catalogação do patrimônio cultural, que é dividido em dois tipos: o material e o imaterial. O primeiro, sendo concreto (obras de arte e documentos, por exemplo), é classificado de forma mais evidente e inconteste. O imaterial, contudo, apresenta incertezas, já que a sua categorização não é óbvia, pois estão em jogo conhecimentos “[...] resultantes da experiência cotidiana do senso comum [...] vivenciados, experienciados, e transmitidos de gerações em gerações, e durante toda a vida por um determinado grupo” (SILVA, 2011, documento *on-line*). Mesmo fazendo essa ressalva, Silva (2011, documento *on-line*) alerta para o fato de que “[...] há na ciência moderna um único caminho: o método científico”. Na sua concepção, a solução para o caso específico do patrimônio imaterial estaria na “[...] união dos conhecimentos das mais diversas áreas [...] pautados em conhecimentos específicos dotados de clareza e objetividade”. A autora finaliza dizendo que “[...] ciência e senso comum possuem papéis distintos, mas ao mesmo tempo complementares”.

Cabral (2018), por sua vez, trazendo à tona o pensamento do filósofo John Dewey, problematiza um elemento anterior: a **determinação do objeto de estudo**. Segundo Cabral (2018), Dewey defende que a ciência não pode perder de vista que são os problemas do senso comum que geram as suas questões. Desse modo, o senso comum seria uma etapa inicial do desenvolvimento do pensamento científico. Não à toa, Dewey é bastante citado em pesquisas da área da educação. Nesse campo, partindo de sua teoria, é defendida a permanente associação entre a teoria, a prática e o espírito colaborativo. Isso deveria ocorrer porque o conhecimento somente seria resultado do compartilhamento de experiências práticas. Para o filósofo, portanto, os estudantes não deveriam apenas decorar fórmulas ou teorias, mas levantar hipóteses, fazer comparações, análises, interpretações e avaliações vinculadas a experiências práticas. Os alunos seriam, então, conduzidos a um aprendizado

significativo e a um conhecimento efetivo. Não se daria, assim, uma ruptura entre a forma de pesquisar do senso comum e a da ciência, pois, “[...] embora seus respectivos problemas e métodos sejam diferentes, ambas possuem [...] uma origem comum: as situações originárias de uso e desfrute dos objetos ao redor” (CABRAL, 2018, documento *on-line*).

Argumentos de senso crítico

Independentemente da posição que tem quanto ao senso comum, seja um olhar mais rígido ou mais condescendente, ninguém nega, como você pode notar, que um ponto de vista científico deve necessariamente considerar o senso crítico de forma primordial. No que consistem, então, argumentos de senso crítico? Como eles são constituídos?

Para abordar a argumentação que leva em conta o caráter dialógico do discurso, é preciso, como afirma Fiorin (2015), retornar aos textos clássicos. O primeiro aspecto a ser lembrado, diz o autor, são os raciocínios necessários e preferíveis, baseados no pensamento de Aristóteles. O **silogismo** consiste no raciocínio necessário por excelência. Baseia-se na argumentação a partir de premissas que, tidas como verdadeiras, levam a uma dedução lógica. Veja o exemplo a seguir.

- Todas as pessoas são mortais.
- João é uma pessoa.
- Logo, João é mortal.

Os raciocínios preferíveis, por sua vez, segue Fiorin (2015), são aqueles cujas premissas não necessariamente correspondem à verdade, fazendo com que as conclusões não sejam “logicamente verdadeiras”. Veja o exemplo a seguir.

- Todos os estudantes são esforçados.
- Júlia é estudante.
- Logo, Júlia é esforçada.

Como você facilmente pode constatar, a aceitação da premissa de que todos os estudantes são esforçados não é “logicamente verdadeira”, dependendo de crenças e valores. Fiorin (2015, p. 18) sintetiza isso da seguinte forma:

Os raciocínios necessários pertencem ao domínio da lógica e servem para demonstrar determinadas verdades. Os preferíveis são estudados pela retórica e destinam-se a persuadir alguém de que uma determinada tese deve ser aceita, porque ela é mais justa, mais adequada, mais benéfica, mais conveniente e assim por diante.

Na ciência e, portanto, no mundo acadêmico, muitas conclusões, claro, devem-se à lógica. Entretanto, a maior parte das questões com que os pesquisadores se deparam tem mais relação com o modo como tais problemas são trabalhados do que com a lógica simples. Trata-se, por conseguinte, de **persuasão**. “Os argumentos”, afirma Fiorin (2015, p. 19), “[...] são os raciocínios que se destinam a persuadir”. Argumentação, aqui, diz respeito à persuasão, e a **retórica** é a arte da persuasão por excelência.

Fiorin (2015) ainda discorre sobre as quatro noções discursivas da retórica. A antítonia é a primeira e consiste no contraste de dois discursos opostos. Um exemplo são os casos de julgamento, em que defesa e acusação expõem seus pontos de vista para que um juiz chegue a um veredito. O paradoxo, a segunda noção discursiva, evidencia que a linguagem tem sua “ordem própria” e “categoriza o mundo” (FIORIN, 2015, p. 24). Se alguém diz “Toda certeza é relativa”, não pode ter certeza do que diz, à medida que deve, segundo sua própria afirmação, relativizar inclusive tal certeza enunciada — trata-se de um paradoxo.

A terceira noção discursiva, a da probabilidade, diz respeito ao fato de que as pessoas sempre fazem cálculos com base nas situações que julgam mais prováveis em determinadas circunstâncias (ou seja, os cálculos dependem dos contextos). Caso alguém, por exemplo, tenha ameaçado outra pessoa, e esta sofreu um atentado, a probabilidade é que tal atentado tenha sido cometido por quem fez a ameaça. Finalmente, a interação discursiva, última dessas noções, trata da interação social: um discurso sempre é produzido em oposição a outro. Isso implica o dialogismo dos discursos, o que significa que todos os discursos são argumentativos, porque dialógicos.



Saiba mais

Neutralidade não é a mesma coisa que impessoalidade. A **neutralidade** tem relação com a objetividade do texto. Não há texto neutro, pois todos têm (ou devem ter) um ponto de vista sobre o assunto trabalhado. Desse modo, um texto pode, por exemplo, expressar

argumentos para sustentar um posicionamento a favor, contra ou mesmo de dúvida sobre algum tema, mas necessariamente precisa deixar clara uma postura sobre tal assunto.

Já a **impessoalidade** consiste em um efeito linguístico, alcançado nos textos por meio do uso de elementos como a terceira pessoa do singular, deixando no leitor a sensação de que as coisas aconteceram por si mesmas. Assim, se há em um texto uma construção como “Constatou-se que o dado é verídico”, a impressão é a de que o fato de o dado mencionado ser verídico é uma propriedade dele mesmo, e não uma constatação feita por alguém.

A leitura e a escrita no cotidiano e na universidade

Ler e escrever são tarefas complexas, e quem disser o contrário está mentindo. Se fossem trabalhos simples, não haveria um sem-número de pessoas buscando (muitas vezes desesperadamente) dicas, manuais, aulas particulares, enfim, todo um arsenal de ferramentas para aprimorar ou mesmo iniciar a leitura de algum livro ou a escrita de um texto, seja para qual for a finalidade.

Essa complexidade é fácil de explicar. Os instrumentos naturais dos seres humanos são a escuta e a fala — as situações primordiais, portanto, de oralidade. A escrita e, conseqüentemente, a leitura surgiram a partir da necessidade que as pessoas sentiram de registrar fatos, encontros, negociações, histórias. As crianças só aprendem a ler e a escrever depois de passarem anos usando perfeitamente a fala de sua língua materna (aos três anos, dominam o seu próprio idioma de modo integral). Isso não muda o fato, contudo, de que a escrita surgiu de necessidades humanas, e é aprimorada em um processo contínuo.

A escrita cotidiana

Mesmo naqueles casos em que não há uma exigência formal de escrita, ela está presente no dia a dia. Fazer uma lista de compras, mandar uma mensagem por correio eletrônico e fazer uma anotação como lembrete são apenas os usos mais corriqueiros da escrita. Muitas pessoas precisam preencher formulários ou entregar relatórios profissionais, por exemplo, o que já exige uma rigidez maior de formato e cuidado com o estilo. Entretanto, com a disseminação das diferentes redes sociais, grande parcela da população faz cotidianamente inúmeras postagens com textos dos mais variados tipos. Esses textos são tão importantes para quem os escreve quanto os textos que você precisa fazer para atender a uma tarefa de trabalho ou estudo. No entanto, há uma característica

que faz com que eles apresentem uma diferença enorme entre si. Trata-se do fato de que, nos textos acadêmicos, há um rigor muito maior, devido aos distintos contextos.

Como você já viu, o contexto, no caso da escrita, tem alguns elementos: quem fala, para quem, sobre o quê, de que modo, em que momento e em que espaço. Desconsiderar qualquer um desses elementos fará com que, de alguma forma, o seu texto falhe — não só o texto acadêmico, mas de qualquer tipo. Imagine, por exemplo, que uma pessoa vá escrever um bilhete para a mãe e, em lugar de “Mãe, fui pra faculdade”, escreva algo como “Cara senhora, precisei me ausentar. Dirigi-me ao espaço destinado aos estudos que realizo com a finalidade de completar minha graduação”. No mínimo, a pobre mãe vai ficar preocupada — isso se não começar a imaginar acontecimentos piores, como um sequestro, ou a duvidar da sanidade do filho. Da mesma forma, um texto acadêmico não pode ser coloquial, porque, além de causar estranhamento, não vai transmitir a seriedade e a sobriedade necessárias a esse tipo de interação.

A escrita acadêmica

Salvo casos muito específicos, em que ao aluno é solicitada a escrita de algum texto narrativo — como em uma disciplina de produção textual —, os textos acadêmicos são usualmente dissertativos. Isso significa que a eles subjaz uma estrutura evidentemente argumentativa. É claro que qualquer texto é argumentativo (como você viu anteriormente), à medida que se relaciona (dialogicamente) a outros textos e que traz uma opinião, mesmo que de forma implícita. O texto dissertativo se destaca nesse sentido porque objetiva explicitamente discutir uma questão, resolver um problema (no sentido de “discussão, temática”). Desse modo, em nenhum outro texto a argumentação é tão evidente. Por isso, ele é encarado aqui simplesmente como texto argumentativo, porque dissertar é argumentar. A escrita científica é fundamental para a constituição da ciência. Pereira (2013, p. 21) afirma que “[...] a escrita científica busca dar corpo à interpretação objetiva da realidade, superando o imediatismo da opinião e do senso comum, buscando expedientes de universalização e generalidade”.

Os textos argumentativos, portanto, visam a expor provas de que o seu conteúdo é verdadeiro, ou de que a forma como o assunto é exposto é a melhor. Pode-se dizer, em suma, que um texto argumentativo precisa ser coerente internamente e com os dados que apresenta, além de ter consistência, refletindo uma questão específica por meio de justificativas, avaliações, explicações.

Nesse sentido, a leitura permeia todo o percurso acadêmico do aluno, sendo essencial para o desenvolvimento da escrita. Duarte, Pinheiro e Araújo (2012)

mencionam essa estreita relação entre a melhora na escrita que decorre da leitura frequente. Machado (2017, p. 40), por sua vez, afirma que “[...] a prática da leitura se torna decisiva para o sucesso de um aluno, integrando-se à rotina de estudos como forma privilegiada para acesso, compreensão e interpretação de conhecimentos”, o que é essencial na argumentação.



Saiba mais

Você deve estar se perguntando como, afinal, colocar os preceitos da argumentação em prática. A seguir, veja algumas qualidades discursivas essenciais ao texto argumentativo. Elas foram categorizadas por Guedes (2009) e são extremamente proveitosas em termos pragmáticos para auxiliá-lo na escrita.

- **Unidade temática:** nenhum texto consegue dar conta de tudo; portanto, é preciso escolher apenas uma questão sobre a qual tratar. Se você falar de muitos temas, não vai abordar nenhum deles com propriedade. Uma consequência de um texto sem unidade é a dispersão do leitor. Afinal, ninguém quer ler um amontoado de dados desconexos que não levam a lugar algum.
- **Objetividade:** é a segunda qualidade de um texto argumentativo. Um texto objetivo é aquele que tem todas as informações necessárias para que o leitor entenda o assunto tratado. É preciso, contudo, saber dosar. Falar menos do que o necessário faz com que o texto não fique claro. Dar informações além do necessário, porém, pode entediar o leitor. A objetividade, portanto, está intrinsecamente ligada ao ponto de vista. Afinal, o autor seleciona as ideias que dão sentido aos argumentos do texto segundo a sua visão sobre o assunto. Assim, não existe texto neutro, nem pode existir, porque se você não tem uma opinião para dar sobre um assunto, nem vale a pena começar a escrever.
- **Concretude:** é essencial para a progressão textual. Ela consiste nas relações estabelecidas no texto entre o particular e o geral, fornecendo ao leitor dados concretos para que ele entenda o que você escreveu, e não o que ele já tinha em mente. Para dar concretude à argumentação, você pode se valer de analogias, exemplos e comparações, emprestando clareza à definição de conceitos. Também precisa deixar claras as circunstâncias de tempo e de lugar dos eventos apresentados no texto.
- **Questionamento:** é a qualidade relacionada ao tema trabalhado no texto. Você deve apresentar ao leitor um problema a ser resolvido, uma questão a ser debatida, propondo uma solução para ela e apresentando provas da posição que você assumiu. Bons argumentos se baseiam na clareza de conceitos (exigindo vocabulário condizente com o contexto argumentativo), na exemplificação desses conceitos com fatos adequados aos objetivos e na relação apropriada que se estabelece entre esses fatos e conceitos.

Postura em relação à escrita acadêmica

Simplesmente caracterizar o texto acadêmico é pouco efetivo na prática da escrita, que demanda um tipo de olhar específico. Desse modo, a seguir você vai conhecer uma série de posturas que vão auxiliá-lo no momento da escrita e da tomada de decisões em relação a ela.

A primeira orientação a ser enfatizada é a questão dos **prazos**. Um texto argumentativo não se faz todo em uma única vez diante do computador. Sem nem entrar na questão do tempo que se leva na coleta de dados e nas leituras necessárias, é preciso lembrar que um texto acadêmico, idealmente, é reescrito múltiplas vezes. A fim de evitar um texto descabido ou despropositado, prever muitas releituras e ajustes é uma necessidade. Dessa maneira, é preciso planejar a escrita, deixando uma margem considerável de tempo para essa tarefa. Reescrever é essencial. Como afirma Becker (2015), quem escreve profissionalmente sempre reescreve seus textos, porque qualquer escrito pode ser aprimorado. Ademais, a reescrita pode ajudar a constituir seu plano de trabalho. Caso você faça um esboço de seu texto logo no início do percurso, isso pode ajudá-lo a perceber que dados e discussões são necessários para levá-lo a cabo (BECKER, 2015).

Um aspecto essencial, embora possa parecer óbvio, é que o autor não estará junto ao seu leitor, dando explicações, no momento em que o texto chegar ao seu destinatário. Assim, você deve escrever de modo que todas as **informações necessárias** ao seu público estejam no texto. Da mesma forma, a linguagem deve ser adequada. A **linguagem** dos textos acadêmicos é formal, além de ter uma grande presença de **termos específicos** de cada área. Para ter certeza de que alcançará os seus objetivos na escrita, você pode ter um leitor-teste, algum conhecido cujas características se assemelhem às de seu público-alvo. Duas ressalvas são necessárias. Esse leitor-teste deve ser de total confiança, de modo que não vá, por exemplo, usar a sua pesquisa em proveito próprio. Outro quesito essencial é que ele seja minimamente capacitado para analisar o seu texto e ajudar você a melhorá-lo, especialmente em termos de conteúdo e de terminologia científica.

Outra questão de extrema relevância é a escolha das **fontes**. Estas consistem tanto naquelas de pesquisa empírica quanto nas bibliográficas. Ambas são selecionadas por estarem de acordo com o escopo da pesquisa. É preciso adotar aquelas que efetivamente digam respeito ao que você quer demonstrar. A bibliografia, em especial, tem algumas peculiaridades. Trata-se, primeiramente, de escolher autores relevantes para a área, cuja pesquisa esteja alinhada à teoria que será utilizada e à temática a ser trabalhada. De nada adianta usar a teoria mais inovadora se ela não consegue dar conta de seu objeto de estudo. Quando se trata de periódicos, é preciso dar preferência aos mais renomados no seu campo de atuação, embora

não seja desprezível certa dose de “garimpo”. Pode-se encontrar textos interessantes, com olhares ousados e inovadores, em periódicos secundários. Isso é o que Eco (2010, p. 113) chama de “humildade científica” em relação à construção do conhecimento: todos podem lhe ensinar algo. Falando do período de publicação, quanto mais recentes são os textos escritos, mais atuais eles tendem a ser. É claro que esse critério não é válido no que concerne a textos clássicos e mesmo àqueles emblemáticos de cada área, bem como aos de autores consagrados.

É preciso mencionar ainda o **comprometimento** em relação ao que você escreve. Qualquer que seja o assunto ou o ponto de vista exposto em seu texto, ele é de sua inteira responsabilidade. Isso tem duas implicações. A primeira é que, depois que seu texto for publicado ou entregue (no caso de trabalhos acadêmicos, por exemplo), o leitor só dispõe de sua escrita para entender seu posicionamento; portanto, é sua a obrigação de ser claro, objetivo, de valer-se de uma argumentação consistente, fazendo tudo o que está a seu alcance para dar conta de seu objeto.

A segunda questão é: assumo de fato seu ponto de vista. Se você pesquisou com afinco e sabe do que está falando, tem o direito de ser enfático em suas afirmações. Não diga “Talvez possamos afirmar”. Se você estudou, trabalhou aquele tema, se esforçou para chegar às conclusões que ali estão postas, não há por que não assumir suas opiniões; afinal, você acredita nelas (ou ao menos deveria, já que as escreveu). É o que Eco (2010) denomina “orgulho científico”: se não se sentia qualificado, não deveria ter apresentado o trabalho; se o apresentou, é porque sentiu que podia. “Uma vez esclarecido se sobre determinado tema são possíveis respostas alternativas, vá em frente. Diga tranquilamente: ‘julgamos que’ ou ‘pode-se concluir que’” (ECO, 2010, p. 143). Seja prudente e humilde ao fazer o trabalho, defenda o autor, mas orgulhoso quanto ao resultado.



Referências

ABREU, A. S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

BECKER, Howard S. *Truques da Escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

CABRAL, C. C. John Dewey sobre ciência e senso comum: semelhanças e dessemelhanças. *Cognitio-Estudos*, v. 15, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitio/article/view/36180/25654>. Acesso em: 16 set. 2019.

DUARTE, A. L. M.; PINHEIRO, R. C.; ARAÚJO, J. A leitura acadêmica na formação docente: dificuldades e possibilidades. *Revista de Letras*, v. 1-2, n. 31, jan./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/1086>. Acesso em: 16 set. 2019.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FAVA DE MORAES, F.; FAVA, M. A iniciação científica: muitas vantagens e poucos riscos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2019.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

GUEDES, P. C. Apresentação. In: KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUEDES, P. C. *Da redação à produção textual: o ensino da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACHADO, J. C. *Leitura e produção de textos*. Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16144>. Acesso em: 16 set. 2019.

PEREIRA, M. V. A escrita acadêmica: do excessivo ao razoável. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.

PINHO, M. J. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. *Avaliação*, v. 22, n. 3, nov. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-40772017000300658&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 set. 2019.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. *Lições de texto: leitura e redação*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SILVA, S. S. A relação entre ciência e senso comum. *Ponto Urbe*, dez. 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/359>. Acesso em: 16 set. 2019.

Leitura recomendada

CNPQ. *Plataforma Lattes*. Brasília: CNPQ, 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 16 set. 2019.

Encerra aqui o trecho do livro disponibilizado para esta Unidade de Aprendizagem. Na Biblioteca Virtual da Instituição, você encontra a obra na íntegra.

Conteúdo:



SOLUÇÕES
EDUCACIONAIS
INTEGRADAS